



Julio Fernandes

Representantes de 12 associações de pais de todo o País reúnem-se no MEC

Associações de pais pressionam o governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As 12 associações de pais reunidas em Brasília realizam o 1º Encontro Nacional das entidades e pretendem pressionar para que seja dada decisão jurídica definindo como inconstitucional o Decreto nº 95.720, que libera as mensalidades escolares. As associações de pais pretendem fazer denúncias reais de abusos das escolas para sensibilizar o Ministério da Educação, tornando-o um aliado na luta contra a liberdade vigiada.

Os pais fundamentam a inconstitucionalidade do decreto em dois fatores. **Primeiro**, ele se sobrepõe ao Decreto-Lei nº 532/69, que dá competência aos conselhos estaduais e ao Conselho Federal da Educação de efetuarem os reajustes. O Decreto nº 95.720 retira aos conselhos essa competência e ainda não passou pelo Parlamento. O **segundo** argumento dos pais diz respeito ao direito, garantido pela Constituição, de qualquer cidadão recorrer de uma decisão legal. Uma vez que o Decreto nº 95.720 restringe a competência de recursos apenas a associações de pais e mestres ou diretórios acadêmicos, o direito do cidadão estaria sendo restringido.

AO SUPREMO

A presidenta da Associação de Pais de Alunos de São Paulo, Hebe Tolosa, disse que não é intenção entrar ainda com um recurso junto ao Supremo Tribunal Federal pedindo a inconstitucionalidade do decreto. O recurso teria que ser encaminhado pelo procurador geral da República. "O procurador não vai encaminhar recurso contra o presidente da República", avalia Tolosa. Já a UNE, "como forma de pressão", encaminhou o recurso ao STF, segundo informa Waldir Santos, presidente da entidade. Embora tenham formas diferentes de encaminhamento, estudantes e associações de pais concordam que o decreto 95.720 precisa ser revogado: "se é inconstitucional, tem que cair", afirma Hebe Tolosa.

Hoje, quando termina o encontro, as 12 associações votarão três propostas de encaminhamento: uma campanha de mobilização a favor do ensino público; revogação do decreto e criação de uma nova fórmula de reajuste; co-gestão para tratar das mensalidades, com pais e alunos participando da administração das escolas.

Mas não há unanimidade quan-

to à temática do ensino público nessa campanha. Hebe Tolosa diz que "a declaração do secretário-geral do MEC, Luiz Bandeira, de que os pais devem procurar as escolas públicas é infeliz, porque não existe vaga para todo mundo na escola pública. Além do mais, nesse momento, o que importa é se conseguirem critérios mais justos para o reajuste das mensalidades. A defesa da escola pública não pode ser uma bandeira que justifique a extorsão das particulares".

Hebe Tolosa diz que a situação das mensalidades em São Paulo é das mais graves, porque no Estado a liberdade vigiada não começou em fevereiro mas em março do ano passado, quando o Conselho Estadual de Educação liberou as mensalidades, situação que perdurou até junho, quando ação encaminhada pelo secretário de Defesa do Consumidor revogou a medida. Fixou-se então um reajuste de 40% mais a URP mensal. Mas, diz Tolosa, o novo critério não foi respeitado. Então optou-se pela liberdade vigiada e portanto as escolas de São Paulo não tinham nada a corrigir. Mesmo assim aumentaram seus preços de forma extorsiva. A Secretaria de Defesa do Consumidor recebeu seis mil protestos desde maio/87.

União contra aumentos

Pais de duas escolas particulares da Penha — Colégio São Vicente da Paula e Colégio Bela Bartok — se uniram contra os aumentos das mensalidades. Eles querem discutir com a direção dos estabelecimentos de ensino os reajustes das parcelas de março e o decreto da liberdade vigiada. E até os alunos estão debatendo formas de apoiar seus pais, entre elas, a possibilidade de uma greve.

No início da tarde de ontem, um grupo de mães e alunos distribuía filipetas aos pais, convidando a todos para uma reunião amanhã à tarde. "Queremos um acordo e vamos brigar para isso", afirmou Glória Meire de Oliveira, mãe de três alunos do Colégio São Vicente. Em fevereiro, a mensalidade do maternal era Cz\$ 4.100 e a de 1ª a 4ª séries Cz\$ 2.890,00. Em março, a primeira subiu para Cz\$ 8 mil e a segunda para Cz\$ 5.523,00. "Estes aumentos são consequência do mau governo que nós temos", lamentou Tarcísio Alves.

As duas escolas ficam no centro da Penha e são vizinhas de outras duas: a Escola João XXIII — que ainda não divulgou o reajuste de março — e o Liceu Santo Afonso, que tem mensalidades mais baixas, na faixa de Cz\$ 3 mil, mas os pais destas duas escolas também foram convidados para a reunião de amanhã. "Nossos filhos estão querendo fazer greve. É um sinal de que são jovens que caminham mais firmes que nós, quando tínhamos a idade deles. Mas nós é que devemos brigar", disse Marlene Lopes, mãe de três alunos do São Vicente.

Terezinha Caldas tem uma filha estudando no Bela Bartok e já pensou em procurar outra escola. "Eu e meu marido ganhamos juntos Cz\$ 30 mil. Só a escola é Cz\$ 5.515. Ainda bem que não pago aluguel." As mães reclamam que com os aumentos não existem mais os carnes de mensalidade, e cada mês recebem um "papelzinho" com os preços. Elas não querem transferir as crian-

ças para escolas públicas, principalmente, agora, com a greve. "Não existe liberdade vigiada e o governo não tem nenhum interesse em que as crianças estudem", criticou Sonia Maria Nicoli.

A diretora do São Vicente, irmã Elisa, não quis dar entrevistas. Uma funcionária da escola disse apenas que "ela estava em reunião, sem hora para terminar". Já o professor Afonso Alcaraz, disse que o importante é "o que cada escola oferece. O Bela Bartok é a melhor da região". Além de sala com poucos alunos, aulas de música, a escola tem jardins onde vivem patos, emas, pavões e até um casal de veados. "Qual escola oferece isto às crianças?", pergunta. O Colégio Bela Bartok foi criado há dois anos, com preços mais altos do que os concorrentes. Enquanto a mensalidade das escolas vizinhas era de Cz\$ 300, eles cobravam Cz\$ 740. "Foram as outras escolas que subiram muito e não a gente", afirmou Joel Fernandes, diretor da escola.